



MILA FERREIRA (INTERINA)
milaneivaf@gmail.com

Mais igrejas regularizadas

Durante a Convenção das Assembleias de Deus do Ministério de Madureira do Distrito Federal e Entorno, ontem, na Catedral Baleia na Asa Sul, o governador Ibaneis Rocha (MDB) destacou o aumento na quantidade de igrejas e templos religiosos regularizados no DF. “Renovamos toda a legislação para implementar uma coisa que eu ouvia falar desde que era conselheiro da Ordem dos Advogados, a regularização de templos e a moeda social. Isso deu tão certo no nosso governo que, entre 2015 e 2019, somente 150 templos religiosos tinham sido regularizados. Hoje, temos mais de 1,5 mil igrejas com documento na mão, de todas as manifestações

Todos os santos “Quem for ao meu gabinete, e eu faço questão de receber a todos que me procuram, você vai achar todos os santos da Igreja Católica atrás da minha mesa”, ressaltou o governador. “Eu sou devoto de Nossa Senhora Aparecida, mas trago todos eles (os santos) para cá, porque na hora do problema eu não sei quem vai estar desocupado”, disse com humor.



religiosas. A gente não persegue ninguém”, disse. Ibaneis ressaltou que é bem recebido em todas as igrejas. “Eu, Celina e o nosso governo somos respeitados em todas elas. Deixo o governo em abril do ano que vem e passo o governo para a Celina com a convicção de que nada irá mudar nesse relacionamento respeitoso que temos com as igrejas”, discursou.

Flerte

O presidente do Partido Progressistas (PP), Ciro Nogueira, encontrou-se recentemente com o deputado distrital Joaquim Roriz Neto (PL) e o convidou para um café. Na última semana, foi divulgada a pesquisa Exata, que levantou intenções de voto para deputado federal no DF. Roriz Neto ficou em terceiro lugar. Depois disso, passou a circular nos bastidores a especulação de que o partido da vice-governadora Celina Leão gostaria de contar com o reforço político do herdeiro de Joaquim Roriz na disputa pela Câmara Federal.

Roriz Neto, em seu primeiro mandato na CLDF, confirmou o encontro e o convite feito por Ciro Nogueira, mas afastou, por enquanto, qualquer possibilidade de mudança partidária. “O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, tem sido muito correto e um grande amigo”, afirmou.

O histórico familiar também reforça as apostas em uma candidatura à Câmara Federal. O avô, Joaquim Roriz, iniciou a trajetória como deputado estadual em Goiás e, em seguida, foi deputado federal. A mãe

Material cedido ao Correio



distrital, Jaqueline Roriz, foi eleita distrital em 2006 e deputada federal em 2010.

Apesar disso, até o momento, Roriz Neto afirma que pretende disputar a reeleição. No entanto, parafraseando o avô, ele ressaltou: “Estarei onde o povo quiser que esteja”.

William Sant'Ana



Andressa Anhoiete/Agência Senado



Divulgação



Se dependesse só do DF, a PEC da Blindagem não passaria no Senado

Os três senadores do Distrito Federal se posicionaram contrários à PEC da Blindagem. A proposta de emenda à Constituição diz que deputados e senadores só podem ser alvos de ação penal se o Congresso Nacional autorizar.

À coluna, a senadora Leila Barros (PDT-DF) classificou a PEC como um “retrocesso perigoso”. “Criar obstáculos para a abertura de investigações reforça o sentimento de impunidade que a população carrega há muito tempo. Essa blindagem foi derrubada em 2001 justamente para acabar com privilégios e igualar os políticos aos cidadãos, e agora tentam ressuscitá-la”, disse. “A votação demonstra que há parlamentares totalmente desalinhados com o interesse dos brasileiros. Ninguém pode estar acima da lei. Defendo que o Senado rejeite essa proposta para que a vontade de justiça da população volte a orientar as decisões políticas”, enfatizou.

Nesta semana, a senadora Damareis Alves (Republicanos-DF) se posicionou sobre o assunto.

Durante sessão deliberativa na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, da qual é presidente, a senadora afirmou que a medida pode provocar efeito jurídico permanente na condução de processos penais promovidos contra parlamentares que cometem crimes.

“Não tem outro remédio para fazer um enfrentamento a esse ativismo judicial, o qual vocês estão fazendo a leitura? Esse ativismo judicial vai passar, um dia vai se aposentar. Mas a norma jurídica é permanente”, ressaltou.

A senadora avaliou que a discussão no Senado será feita de forma “madura” e “aprofundada”, e disse esperar bom-senso de seus pares para evitar o que chamou de “horror” causado pela aprovação da medida. “Como ativista anticorrupção, confesso que fiquei muito preocupada”, concluiu.

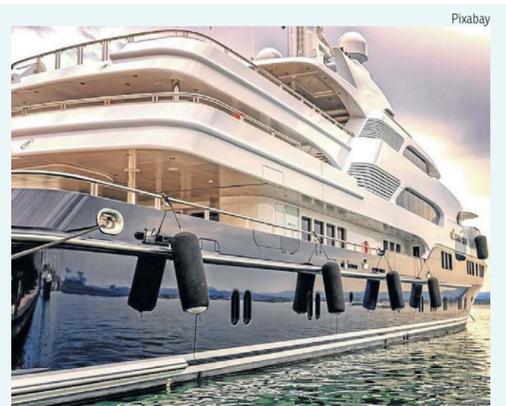
Conforme divulgado pela jornalista Samanta Salum, o senador Izalci Lucas (PL) também afirmou que a tendência é que vote contra a proposta. “Pode favorecer o crime organizado, que tenta se infiltrar ainda mais na política para ganhar imunidade, impunidade”, avaliou.

IPVA para lanchas e jatinhos

Um projeto de lei protocolado na Câmara Legislativa defende a cobrança de Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) sobre jatinhos, helicópteros e embarcações em geral no DF.

A proposta prevê a taxação apenas sobre veículos usados para fins particulares, recreativos ou de lazer. Aeronaves agrícolas e embarcações cuja finalidade principal seja prestação de serviço e para fins de pesquisa, estariam isentas do imposto.

O deputado distrital Fábio Félix (PSol), autor do projeto, destaca que, mesmo não estando localizado no litoral do Brasil, o DF tem, proporcionalmente, a quarta maior frota de embarcações do Brasil. “Além disso, o DF tem 893 aeronaves registradas, sendo 324 de



uso exclusivo dos proprietários. Essa elite econômica precisa pagar a conta junto com a sociedade”, afirmou.

A proposta do parlamentar propõe alíquota de imposto de 3,5% para aeronaves. Para embarcações, o valor progride de acordo com o tipo: lanchas, iates, veleiros e motos aquáticas. As embarcações com valor venal inferior a R\$ 500 mil estariam isentas do imposto. A proposta prevê arrecadação de quase R\$ 140 milhões com a taxação de 324 aeronaves e 8.779 embarcações.

“Anistiar quem atentou contra a democracia, planejou assassinatos políticos e até mesmo a explosão do Aeroporto de Brasília é cobrir o país com o manto da impunidade, e é legitimar o golpe como uma prática. E esta lógica, da impunidade e da proteção de criminosos, também se reflete na PEC da Blindagem”

Erika Kokay (PT-DF), deputada federal

Bruno Spada/Câmara



Kayo Magalhães/Câmara



“A anistia que nós defendemos tem que ser para todo mundo. Eu fico impressionado com a esquerda gritando ‘Sem Anistia’, quando aqueles que sequestraram embaixadores, assaltaram bancos, mataram policiais tiveram anistia ampla e irrestrita. E os que quebraram patrimônio público estão aí cumprindo 17 anos de prisão. Hoje, o Judiciário não aplica esse tipo de pena nem para traficante”

Alberto Fraga (PL-DF), deputado federal

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

SAÚDE MENTAL/ Vigilância Sanitária libera permissão de funcionamento para uma das unidades da Liberte-se. Investigações da polícia continuam. No último dia 31, cinco pessoas morreram queimadas em uma das casas do Paranoá

Clínica suspeita recebe alvará

» VITÓRIA TORRES
» ADRIANA BERNARDES
» DAVI CRUZ

Enquanto a Justiça determinou o fechamento imediato da Comunidade Terapêutica Liberte-se do Lago Oeste e a polícia pediu a prisão dos responsáveis daquela unidade e da que fica na Chácara 420, no Paranoá, onde, em 31 de agosto, cinco pessoas morreram e outras 11 ficaram feridas em um incêndio, o Governo do Distrito Federal (GDF) liberou o funcionamento de uma terceira unidade do mesmo grupo, na Chácara 470, a poucos metros da que pegou fogo.

Quando o **Correio** constatou o funcionamento da unidade e questionou o DF Legal, foi informado que a única pendência seria com a Vigilância Sanitária, órgão vinculado à Secretaria de Saúde. Segundo o órgão, os proprietários atenderam às normas e receberam autorização para funcionamento válida até 15 de setembro de 2026.

Em nota, a DF Legal explicou que o documento de licenciamento reconhece que a Vigilância Sanitária validou o exercício de “atividades de assistência psicossocial e à saúde de portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental, dependência química e grupos similares não especificados anteriormente”.

Ainda segundo o DF Legal, com a regularização junto à Vigilância Sa-

nitária, “o estabelecimento passa a operar, a princípio, sem pendências a serem verificadas dentro do escopo de atuação da secretaria”.

Durante dois dias seguidos, a reportagem esteve na unidade de reabilitação, na Chácara 470, e conversou com internos que lutam para deixar o vício. Eles relataram estar no local por não terem outra opção de moradia ou apoio. De acordo com fontes ouvidas pela reportagem, ao menos sete pessoas estão internadas atualmente na unidade.

Um interno que varria a calçada em frente ao portão contou estar lá há cinco meses e relatou que, antes do episódio de incêndio na outra unidade, havia mais de 70 pessoas. Após o incidente, o proprietário permitiu que quem quisesse ir embora saísse, mas ele optou por permanecer, pois não tem onde ficar em Brasília.

Ele contou que ajuda nos consertos de paletes e realiza serviços de manutenção nos depósitos. “Recebemos alimentação, dormitório e banho no local”, disse. Segundo o interno, sete ou oito pessoas permanecem na mesma condição no espaço.

Omissão

Em relação à Liberte-se que pegou fogo, os dirigentes omitiram para o Corpo de Bombeiros (CBMDF) que haveria internação de dependentes químicos na unidade. Com



Unidade da Comunidade Terapêutica Liberte-se que recebeu alvará fica próxima a que pegou fogo

isso, a corporação classificou o espaço como “de baixo risco para incêndio”, o que dispensou a vistoria, segundo o Centro de Comunicação da corporação. Perguntado se o CBMDF fez vistoria técnica para confirmar que o espaço funcionava conforme informações apresentadas pelos proprietários, o Corpo de Bombeiros informou que “uma eventual nova vistoria poderia ocorrer quando a autorização para funcionamento expirasse e o interessado deman-

dasse novamente a corporação, de modo a compor processo para continuidade da autorização”.

Sobre as exigências do Corpo de Bombeiros para emitir o laudo autorizando o funcionamento do ponto de vista da segurança contra incêndios e pânico, o Centro de Comunicação citou que as condições mínimas incluem a instalação de quatro sistemas básicos: proteção por extintores de incêndio portáteis; iluminação de emergência;

sinalização de emergência e saída de emergência (rota de fuga).

Estado grave

Enquanto isso, o delegado-chefe da 6ª Delegacia de Polícia do Paranoá, Bruno Carvalho, continua atrás de depoimentos e laudos de perícia para desvendar o que houve no dia do incêndio e identificar os responsáveis pelo caso. Das 11 pessoas feridas, sete receberam alta hospitalar

e prestaram depoimento. As outras quatro permanecem internadas em estado grave e, por isso, ainda não foram ouvidas.

“As vítimas que já prestaram depoimento serão procuradas novamente para sanar alguns pontos que ficaram duvidosos. Não sabemos como está o estado de saúde dessas sete pessoas que foram liberadas, mas na última vez que foram ouvidas, elas estavam se recuperando, com algumas lesões, mas sem risco de vida”, afirmou o delegado.

Na última quinta-feira, Carvalho determinou a prisão de quatro envolvidos com a clínica do Paranoá onde o incêndio ocorreu. Até o fechamento desta edição, eles ainda não haviam passado por audiência de custódia. Os detidos foram dois proprietários, um coordenador e um monitor. Eles são investigados pelos crimes de homicídio doloso, cárcere privado e prescrição de medicamentos sem autorização.

Perguntados se a corporação fez vistoria técnica para confirmar que o espaço funcionava conforme informações apresentadas pelos proprietários, o Corpo de Bombeiros informou que “uma eventual nova vistoria poderia ocorrer quando a autorização para funcionamento expirasse e o interessado demandasse novamente à Corporação, de modo a cumprir processo para continuidade da autorização”.

Ed Alves CB/DA Press